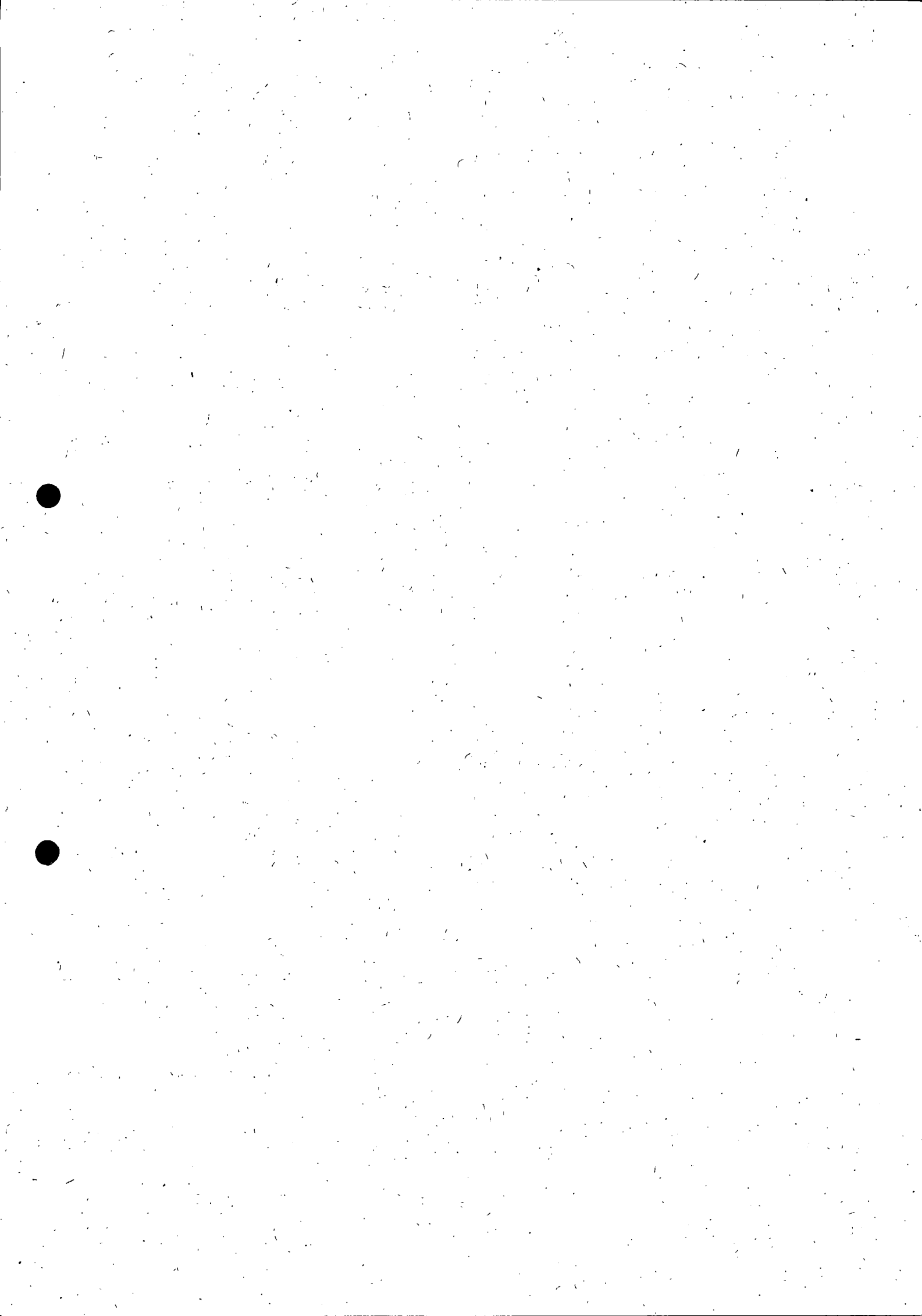


ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, na sala 502 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública (CGFNPS) reuniu-se em sessão ordinária com a presença dos seguintes membros: Sidnei Borgés Fidalgo, representante suplente da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e vice-presidente do CGFNPS; Rogerio Guimarães, representante titular do Ministério da Justiça (MJ); Luiz Pontel de Souza, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Augusta Aiko Umeda Kuhn, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Luiz Clóvis Guido Ribeiro, representante titular da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Ausente, justificadamente, o representante da Casa Civil da Presidência da República. Participaram também da sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O vice-presidente, após os cumprimentos de praxe, saudou e deu as boas vindas ao conselheiro titular do Ministério da Justiça, Rogerio Guimarães. Ato contínuo, ele informou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação da Ata da 96ª Reunião Ordinária; 2) Apreciação de propostas estaduais e municipais provenientes de editais e emendas parlamentares; 3) Autorização para Contratação de Assistência à Saúde – Urgência/Emergência para os servidores militares e civis mobilizados e apresentados ao Departamento da Força Nacional de Segurança Pública.

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, o vice-presidente destacou que na pauta foi inserida uma quantidade elevada de propostas em função do encerramento do cronograma de diversos editais de chamada pública da SENASP. Neste contexto, ele salientou que no próximo exercício, na qualidade de Diretor de Execução da SENASP, ele solicitará que o lançamento de editais ocorram ainda no primeiro semestre para evitar o acúmulo de trabalho no fim do exercício, visto que, após a aprovação do colegiado, há ainda muitas etapas para conclusão do processo de celebração de convênios, o que sobrecarrega a pequena equipe de convênio em virtude do curto espaço de tempo existente para o encerramento do exercício financeiro. Em seguida, ela anunciou a publicação da Portaria nº 1.695/MJ, de 20/10/14, a qual instituiu o Grupo de Trabalho – (GT) para análise de prestação de contas de convênios do Ministério da Justiça e da Portaria nº 1.101/SE/MJ, de 06/11/14 que designa os servidores para comporem o GT instituído pela citada portaria. Em seguida, falou sobre o contexto de criação do GT, bem como de seus objetivos e competências. Após este preâmbulo, a ata da 96ª Reunião foi colocada em votação e aprovada.

Na seqüência, a palavra foi passada para o servidor Davi Rogerio Artigas, Coordenador de Logística do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP), o qual apresentou o item 3 da pauta. O servidor informou que há um ano aproximadamente o item em questão foi apresentado ao Conselho, todavia a pedido da representante suplente da Casa Civil/PR, Dra. Marilândia de Fátima Araújo, o pleito foi submetido ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Este Ministério foi questionado quanto à possibilidade de contratação de plano de assistência à saúde para servidores mobilizados junto à Força Nacional de Segurança Pública, bem como a quem caberia seu custeio, considerando que os serviços da citada corporação são tidos como de caráter emergencial. E, por meio da Nota Técnica nº 99/2014-DESAP/SEGEP/MP, de 29/07/14, houve a seguinte conclusão: *“20. Ademais, da leitura do art. 6º do Decreto nº 5.289, de 2004, SUS transcrito, depreende-se, salvo melhor juízo, que tanto a assistência médica quanto o seguro de vida e de acidente de servidores mobilizados destina-se àqueles vitimados quando em atuação efetiva em operações da Força Nacional de Segurança Pública”*. 21. *Neste sentido, parece razoável manter a sistemática atual de assistência médica de urgência e emergência, mas englobando cobertura ampla, respeitando, no mínimo, o rol de procedimentos da ANS (desde advindos de eventos de urgência ou emergência), relativamente, tão somente ao servidor público (não abrangendo seus familiares), e apenas durante o tempo de incorporação à Força Nacional (considerando a temporalidade da incorporação), ou, na eventual continuidade da enfermidade adquirida no desempenho de sua atividade, até que esta cesse, mesmo após seu desligamento.* 23. *Em conclusão, este Departamento entende pela pertinência da contratação de serviço de assistência à saúde com cobertura de urgência e emergência aos componentes da Força Nacional de Segurança Pública, com recursos advindos do Fundo Nacional de Segurança Pública, pelo período de em que se encontram à disposição conforme ato da Senasp, conforme itens 20 e 21 acima.”* Após, o servidor



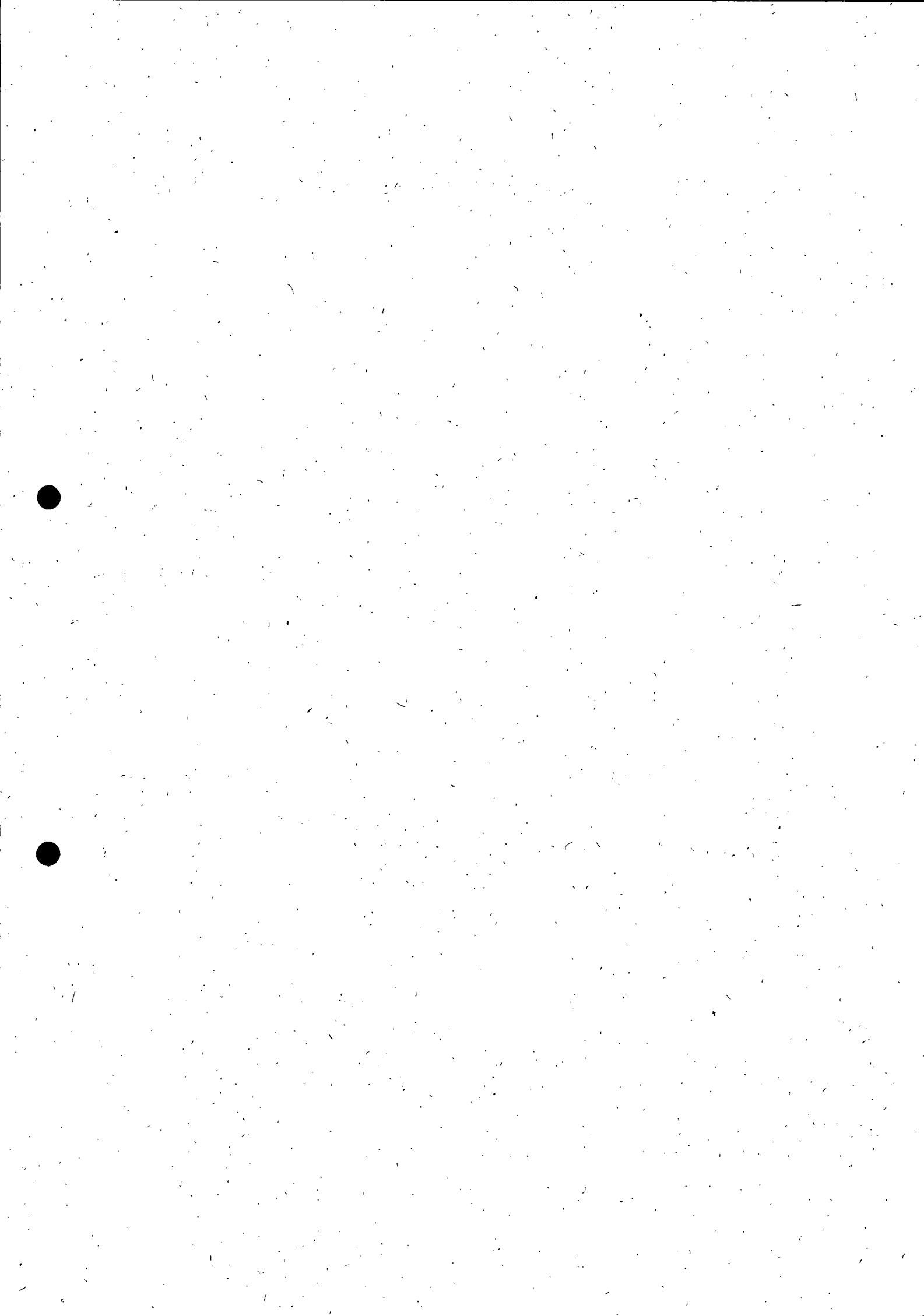
esclareceu que, conforme Nota Técnica nº 05/2014-DFNSP, de 20/10/14, a quantidade máxima de pessoas registradas foi de 6.000 e a quantidade de contratação imediata foi de 1.800. Finda a exposição, o colegiado autorizou a Contratação de Assistência à Saúde - Urgência/Emergência para os servidores militares e civis mobilizados e apresentados ao DFNSP, no valor R\$ 2.480.544,00 (dois milhões, quatrocentos e oitenta mil e quinhentos e quarenta e quatro reais), referente ao exercício de 2015, no âmbito da ação orçamentária 2B00 - Força Nacional de Segurança Pública.

Com a palavra, o servidor Moab Batista de Lucena informou que apresentaria as propostas provenientes do Edital nº 01/2014-SENASP, lançado no âmbito da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP). Ele recordou que a Rede foi criada em 2005, porém somente em 2012 ela foi institucionalizada por meio da Portaria nº 1.148-MJ, de 12/06/12. Ele ressaltou que inicialmente a pactuação com as instituições de ensino era feita mediante Contrato de Credenciamento, depois passou a ser realizada por meio de Termo de Convênio e Termo de Cooperação (Edital nº 6/12 e Edital nº 7/12) e hoje o instrumento utilizado é o Termo de Convênio e o Termo de Execução Descentralizada (TED). Foi informado que em pauta constavam 18 propostas do citado edital, contudo 03 (três) estavam sendo retiradas de pauta em virtude dos proponentes não terem atendido ainda todas as diligências solicitadas pela SENASP, a saber:

Nº da Proposta no SICONV	IES/UF	Objeto da Proposta	Valor do FNPS		
			Capital (R\$)	Custeio (R\$)	Total (R\$)
1. 049446/2014	PUC/RS	Curso de Pós-Graduação lato sensu, nível especialização, em Segurança Pública e Justiça Criminal.	0,00	270.000,00	270.000,00
2. 049640/2014	ASCES/PE	Curso de Pós-Graduação lato sensu, nível especialização, em Segurança Pública e Cidadania	0,00	200.902,40	200.902,40
3. 047797/2014	UNISO/SP	Curso de pós-graduação lato sensu, nível Especialização, em Segurança Pública e Direitos Humanos	0,00	268.000,00	268.000,00
TOTAL			0,00	468.902,40	468.902,40

O servidor esclareceu que todas estas propostas tinham por objeto a realização de curso de pós-graduação *lato sensu*, nível especialização, em segurança pública, os quais se destinavam aos profissionais das polícias militares e civis, bombeiros militares, perícia forense e guardas municipais. Os proponentes são Instituições de Ensino Superior sejam elas federais, estaduais, municipais ou privadas sem fins lucrativos. Na seqüência ele explicou os aspectos gerais do edital, fez a apresentação individual das propostas abaixo destacadas e também respondeu dúvidas e questionamentos apresentados pelos conselheiros. Encerrada a apresentação, ele salientou que neste edital restaram pendentes 17 (dezesete) propostas de instituições federais e 03 (três) de instituições privadas, as quais não entraram em pauta porque ainda estão em fase de diligências. Cabe destacar que estas propostas estão inseridas no âmbito da ação orçamentária 2320 - Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional. Na seqüência, o colegiado aprovou todas as propostas sem objeções.

Nº de Proposta no SICONV ou MJDoc	IES/UF	Objeto da Proposta	Valor do FNPS		
			Capital (R\$)	Custeio (R\$)	Total (R\$)
1. 049550/2014	UEMA/MA	Curso de pós-graduação lato sensu, nível Especialização, em Ciências Forenses e Investigação Criminal	0,00	270.000,00	270.000,00
2. 048153/2014	UERN/RN	Curso de pós-graduação lato sensu, nível Especialização, em Segurança Pública e Cidadania	0,00	252.745,40	252.745,40
3. 049609/2014	USCS/SP	Curso de pós-graduação lato sensu, nível Especialização, em Polícia Comunitária, Mediação e Direitos Humanos	0,00	259.200,00	259.200,00

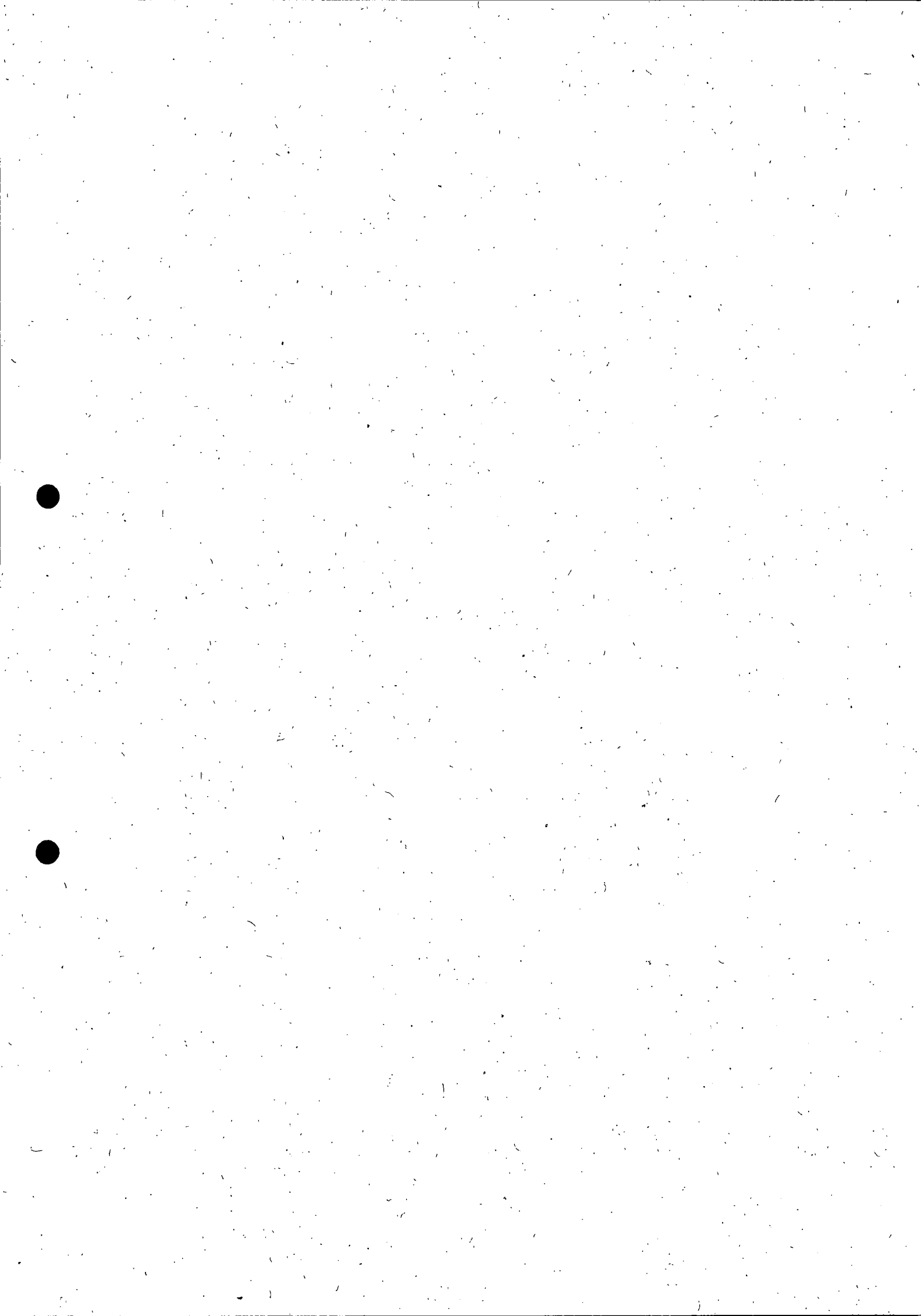


Ata da 97ª Reunião Ordinária (continuação)

4	048168/2014	FEEVALE/RS	Curso de Pós Especialização lato sensu em Gestão Integrada em Segurança Pública	0,00	269.789,79	269.789,79
5	048383/2014	UCAM/RJ	Curso de pós-graduação lato sensu, nível especialização, em Gestão de Organizações de Segurança Pública	0,00	270.000,00	270.000,00
6	048784/2014	USCS/SP	Curso de pós-graduação lato sensu, nível Especialização, em Segurança Pública e Direitos Humanos.	0,00	259.200,00	259.200,00
7	049265/2014	EST/RS	Curso de pós-graduação lato sensu, nível Especialização, em Direitos Humanos, Cidadania, Saúde do Profissional da Segurança Pública e Processos de Gestão	0,00	267.243,90	267.243,90
8	048194/2014	UEMA/MA	Curso de pós-graduação lato sensu, nível, especialização, em Direitos Humanos e Mediação de Conflitos	0,00	240.555,00	240.555,00
9	048248/2014	UEMA/MA	Curso de pós-graduação Lato Sensu, nível especialização, Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania.	0,00	240.555,00	240.555,00
10	048318/2014	UEMA/MA	Curso de pós-graduação, lato sensu, nível especialização, em Planejamento Estratégico em Segurança Pública	0,00	261.960,00	261.960,00
11	049266/2014	PUC/SP	Curso de pós-graduação lato sensu, nível Especialização, em Políticas de Gestão em Segurança Pública e Direitos Humanos	0,00	265.000,00	265.000,00
12	049546/2014	FACOL/PE	Curso de pós-graduação lato sensu, nível Especialização, em Segurança Pública: Teorias e Gestão em Políticas de Segurança	0,00	145.480,00	145.480,00
13	049616/2014	FJP/MG	Curso de Pós-Graduação lato sensu, nível especialização, em Organização e Gestão das Instituições de Segurança Pública	0,00	224.105,00	224.105,00
14	08020.000969/ 2014-68	UFT/TO	Curso de pós-graduação lato sensu, nível Especialização, em Segurança Viária Urbana: problemas estruturais, desafios e alternativas gerenciais nacional, regional e local	0,00	200.000,00	200.000,00
15	08020.000968/ 2014-13	UFRR/RR	Curso de pós-graduação lato sensu, nível Especialização, em Segurança Pública e Cidadania	0,00	270.000,00	270.000,00
TOTAL				0,00	2.373.888,69	2.373.888,69

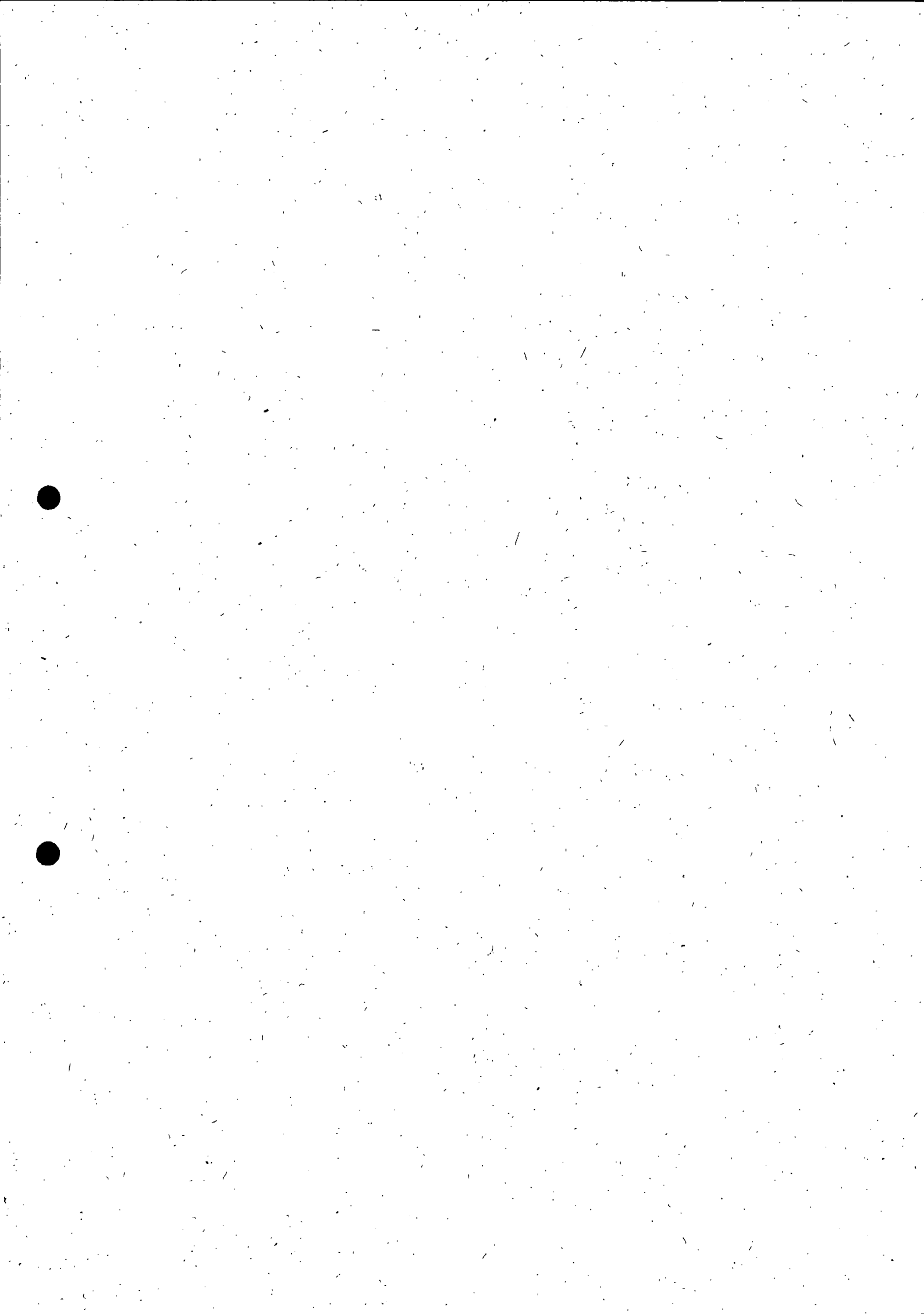
Registra-se que, no contexto desta apresentação, houve a intervenção da Dr^a Isabel Seixas de Figueiredo, Diretora do Departamento de Ensino e Pesquisa e Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal - (DEPAID), a qual explicou no que consistia a RENAESP, bem como os ajustes feitos no âmbito da Rede deste a sua criação em 2005 até o presente ano. Ela falou também rapidamente sobre o *III Encontro da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública*, realizado nos dias 24 a 26 da semana em curso, em Brasília/DF. Durante esta exposição, o vice-presidente indagou à Dr^a Isabel sobre o estudo feito quanto à fundamentação legal para o custeio pelo FNNSP de proposta cujo proponente fosse instituições sem fins lucrativos. A citada diretora explicou que foi feita consulta à Consultoria Jurídica/MJ sobre esta questão, a qual se posicionou favorável ao ponto apresentado. Dito isso, ele perguntou se este parecer estava inserido no Portal de Convênios. A diretora informou que o citado parecer não foi inserido no Portal porque a consulta foi feita na fase de elaboração do chamamento público, ou seja, em fase bem anterior à propositura das propostas. O vice-presidente solicitou que este parecer fosse inserido no Portal em todas as propostas enquadradas na referida consulta.

Os servidores Ademário de Moraes e Diego F. de Sousa Maria apresentaram as propostas do Edital nº 03/2014-SENASP. Contudo, preliminarmente, a Dr^a Isabel fez a instrução do tema destacando os aspectos gerais desta política e do edital, bem como respondeu apontamentos feitos pelo colegiado



quanto às colocações feitas no decorrer da exposição. Sanadas todas as questões sobre este tema, as propostas foram expostas pelos citados servidores, a saber:

Nº de Proposta no SICONV	UF	Objeto da Proposta	Valor do FNPS		
			Capital (R\$)	Custeio (R\$)	Total (R\$)
1	DF	Aprimorar o ambiente educacional, por meio da estruturação das unidades de ensino das Instituições de Segurança Pública do Distrito Federal, bem como realizar a qualificação profissional de servidores dos órgãos envolvidos.	330.239,33	673.060,00	1.003.299,33
2	DF	Aprimoramento das condições laborativas dos profissionais de segurança pública mediante a estruturação do ambiente educacional e realização de cursos formadores de docentes e gestores.	696.832,00	533.831,00	1.230.663,00
3	ES	Aprimorar o ambiente educacional, por meio da implementação de simuladores para treinamento de combate a incêndio, na unidade de ensino do Corpo de Bombeiros Militar do estado do Espírito Santo, bem como realizar a qualificação profissional de servidores da referida instituição.	340.000,00	317.000,00	657.000,00
4	GO	Aprimoramento do ensino, por meio da qualificação dos profissionais dos Órgãos de Segurança Pública, bem como aprimoramento do ambiente educacional, através da implementação do laboratório de uso diferenciado da força para os servidores das referidas Instituições do Estado de Goiás.	725.055,00	774.945,00	1.500.000,00
5	GO	Aprimoramento do ambiente educacional por meio da implementação do Centro de Treinamento Operacional no Município de Anápolis e aprimoramento do ensino através do desenvolvimento de cursos com foco na qualificação profissional dos servidores das Instituições de Segurança Pública do Estado de Goiás.	512.281,00	519.489,00	1.031.770,00
6	MA	Fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem no Estado do Maranhão, por meio de solução itinerante, sob a guarda da Academia Integrada de Segurança Pública (AISP), e do aprimoramento do ensino com Cursos de Especialização voltados ao corpo docente dos órgãos de ensino do Sistema de Segurança Pública do Estado.	709.333,00	683.792,00	1.393.125,00
7	MG	Aprimorar o ambiente educacional, por meio da estruturação das unidades de ensino da Polícia Militar de Minas Gerais, bem como realizar a qualificação profissional de servidores dos órgãos envolvidos.	681.420,00	669.520,00	1.350.940,00
8	MS	Aprimorar o ambiente educacional através do reaparelhamento das instituições de ensino dos órgãos de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul e qualificação do corpo docente, por meio do curso de pós-graduação.	195.351,42	722.546,00	917.897,42
9	MT	Aprimoramento do ambiente educacional por meio do aperfeiçoamento das unidades de ensino das Instituições de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, assim como a qualificação profissional dos agentes de Segurança Pública.	716.372,42	439.732,33	1.156.104,75
10	PB	Aprimorar o ambiente educacional através do reaparelhamento das Bibliotecas das Academias de Ensino dos Órgãos vinculados à Secretaria da Segurança e da Defesa Social do Estado da Paraíba, bem como, aprimorar o ensino mediante ampliação e profissionalização do corpo docente, promovendo cursos presenciais de formação de docentes para qualificação e profissionalização dos gerentes da instituição de acordo com seu nível de atuação.	493.855,00	492.755,00	986.610,00
11	RN	Potencializar as ações educacionais na Polícia Militar do Rio Grande do Norte, através do aprimoramento do ambiente educacional e dos docentes envolvidos nas atividades educacionais.	660.311,00	508.935,49	1.169.246,49

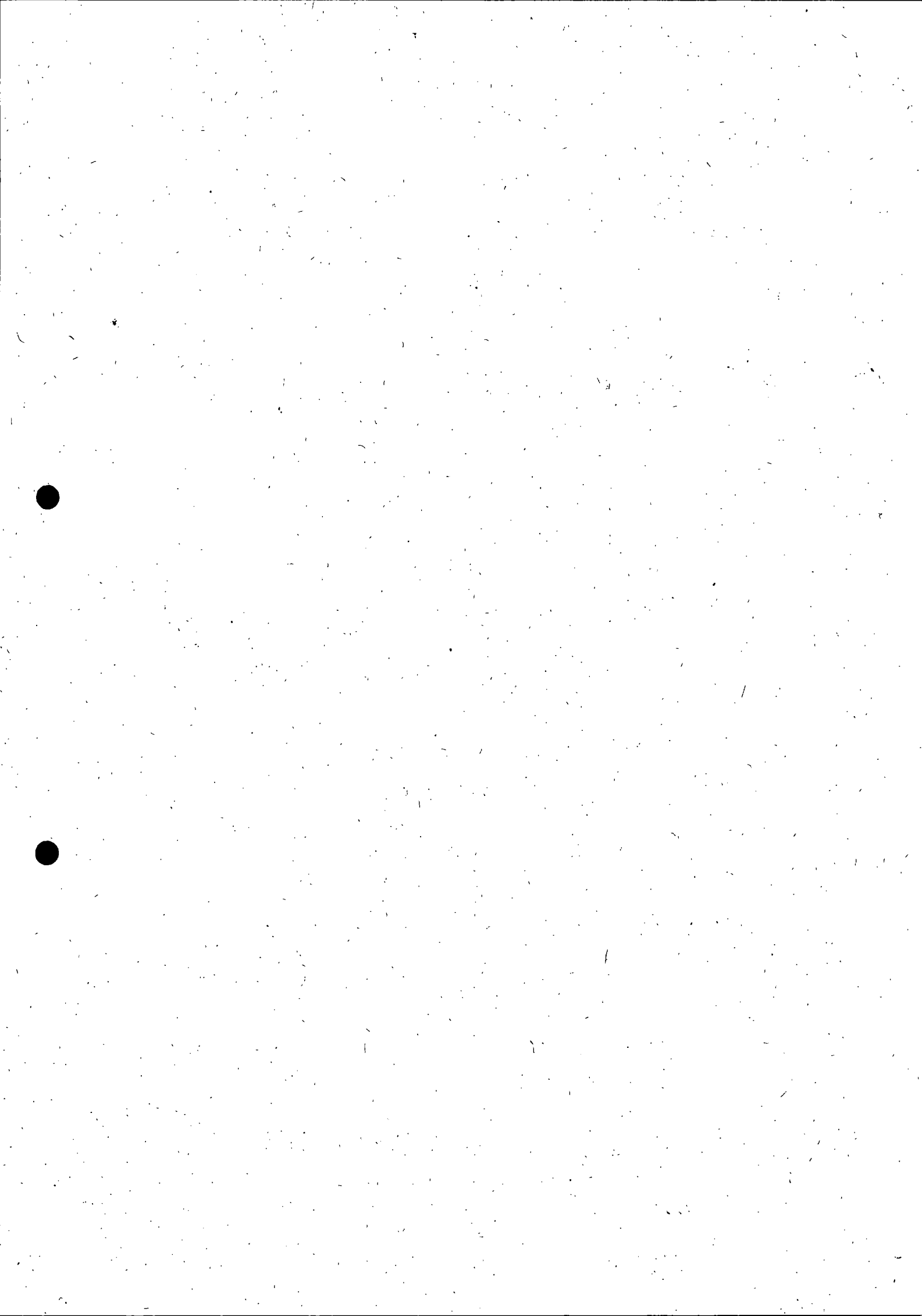


12	046896/2014	RS	Implementar ações destinadas ao aprimoramento do ambiente educacional por meio do reaparelhamento das unidades escolas do órgão de Ensino da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, com a instalação de Salas de Defesa Pessoal, Laboratórios de Uso Diferenciado da força, Sala de Estudo, Salas de Aula Interiorizadas, e ações destinadas ao aprimoramento do ensino por meio de cursos de docência, cursos de extensão na área de gestão e cursos para operadores em temáticas de direitos humanos.	627.807,47	625.037,12	1.252.844,59
13	047660/2014	SE	Aprimoramento das condições laborativas dos profissionais de segurança pública mediante a estruturação do ambiente educacional das Instituições de Segurança Pública do Estado de Sergipe e qualificação dos corpos docentes e de gestores dos órgãos envolvidos	742.191,62	742.191,62	1.484.383,24
14	047662/2014	SE	Aprimoramento do ambiente educacional para os profissionais da Segurança Pública do Estado do Sergipe, bem como a qualificação dos agentes e gestores dos órgãos envolvidos na segurança pública através do aperfeiçoamento profissional	707.758,75	707.758,75	1.415.517,50
15	047889/2014	TO	Aprimoramento do ensino através da capacitação de profissionais da Segurança Pública do Estado do Tocantins por meio de cursos (especialização e técnico-profissional) e aprimoramento do ambiente educacional pela instituição de Laboratório para prática em direção veicular.	485.446,20	485.184,30	970.630,50
16	046567/2014	TO	Aprimorar o ambiente educacional da Secretária da Segurança Pública do Estado do Tocantins, através da aquisição de simulador de tiro móvel, bem como por meio da qualificação dos profissionais da segurança pública.	748.663,69	749.937,93	1.498.601,62
TOTAL				9.372.95217,90	9.645.715,54	19.018.633,44

Após a exposição, os pleitos foram aprovados por unanimidade. Todavia o Conselheiro Rogério Guimarães identificou um ajuste a ser feito na Nota Técnica nº 998/2014-DEPAID/SENASP, a qual aprovou a Proposta nº 047889/2014 (TO), a saber: na página 4 da citada Nota, na parte referente: "Recursos Necessários", o valor de R\$ 30.000,00 trata-se de serviços de terceiros - Pessoa Física e não "outros serviços".

Finalizadas as propostas do DEPAID, o vice-presidente solicitou ao Colegiado a inclusão, extra pauta, de 09 (nove) propostas do Departamento de Políticas, Programas e Projetos - (DEPRO), as quais tiveram a aprovação concluída após a convocação da reunião em curso, e, com anuência do Colegiado, foram incluídas em pauta as seguintes propostas:

Nº de Proposta no SICONV	UF/Município	Objeto da Proposta	Valor do FNSP		
			Capital (R\$)	Custeio (R\$)	Total (R\$)
1	Garanhuns/PE	Integrar a política municipal de prevenção à violência, desenvolvendo ações multissetoriais e articuladas com instituições públicas e a sociedade, por meio do fortalecimento da estrutura do Conselho Municipal de Segurança Comunitária e da implementação da Ronda Escolar e da Guarda Mirim no município de Garanhuns.	299.510,00	323.490,00	623.000,00
2	Indaiatuba/SP	Fortalecimento e ampliação de ações de prevenção à violência e criminalidade junto às crianças e adolescentes através de intervenções em escolas municipais mais vulneráveis e ampliação e estruturação do Projeto Educando para a Vida.	168.426,24	189.502,08	357.928,32
3	Santo André/SP	Promoção de ações de prevenção à violência contra crianças e adolescentes	512.925,05	479.626,11	992.551,16

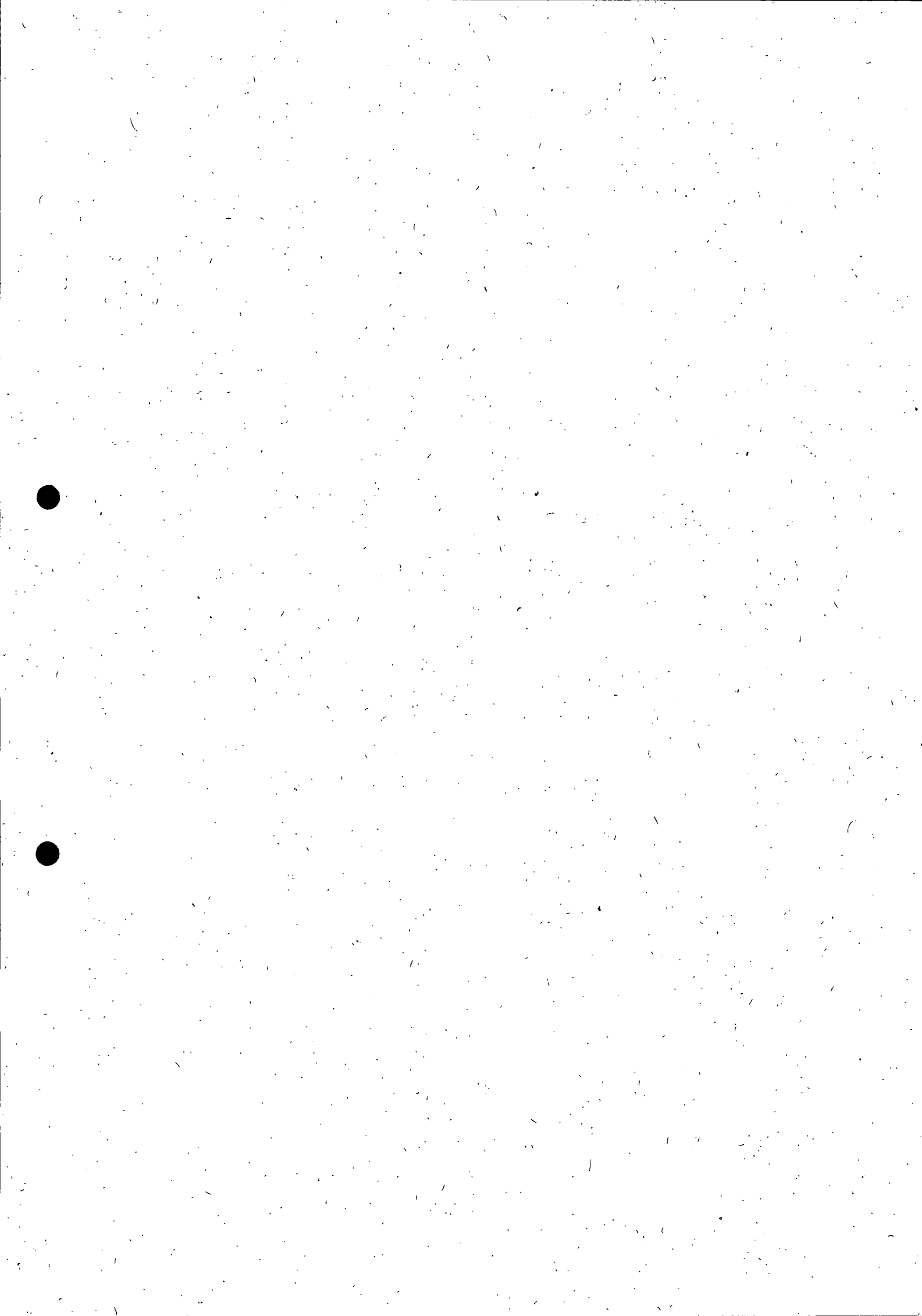


Ata da 97ª Reunião Ordinária (continuação)

4	048133/ 2014	Aracaju/SE	Estruturar a Central Integrada de Diagnóstico, Planejamento e Avaliação da Secretaria Municipal de Defesa Social e da Cidadania e o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M) com o objetivo de fortalecer ações de prevenção à violência e à criminalidade no Município de Aracaju.	202.495,32	197.962,26	400.457,58
5	049101/ 2014	Boa Vista/RR	Realização de ações de prevenção à Violência contra crianças e adolescentes e fortalecimento da Corregedoria e Ouvidoria da Guarda Civil Municipal.	147.732,77	163.666,70	311.399,47
6	048670/ 2014	Vitória de Santo Antão/PE	Fortalecimento de estruturas de gestão para implementação e monitoramento de ações de prevenção em segurança pública por meio da implantação da Patrulha Comunitária e a realização de ações Inter setoriais com foco na promoção da paz para a juventude.	291.500,00	344.500,00	636.000,00
7	049061/ 2014	Petrolina/PE	Projeto Guarda Mirim, com vistas a proporcionar ações preventivas à violência e ao uso de drogas no ambiente escolar e na comunidade.	132.308,00	144.449,20	276.757,20
8	048952/ 2014	Bento Gonçalves/RS	Ações de prevenção à violência contra a mulher, visando minimizar e prevenir a violência doméstica, através da mudança de comportamento e de cultura a partir da implantação do projeto conscientizando a sociedade de um todo e com repercussão nas gerações futuras.	230.000,00	209.080,00	439.080,00
9	051746/ 2014	SP	Implementar ações para atuação das Delegacias de Defesa da Mulher em especial no tocante às Casas da Mulher Brasileira, através da prevenção de delitos, repressão da violência e auxílio às vítimas de violência doméstica.	154.063,16	17.118,12	171.181,28
TOTAL				2.138.960,54	2.069.394,47	4.208.355,01

A Diretora do DEPRO/SENASP, Dr^a Cristina Gross Villanova, informou que, com a autorização acima registrada, restava em pauta 30 (trinta) propostas vinculadas ao DEPRO. Dentre estas propostas, 13 (treze) originaram-se de emendas parlamentares que estavam inseridas no escopo da Portaria Interministerial n^o 40, de 06/02/2014, a qual dispõe sobre a execução obrigatória das emendas parlamentares individuais. Neste contexto, a Dr^a Cristina informou que foram encaminhadas para o conselho somente as propostas/emendas aprovadas tecnicamente, todavia, no rol das emendas liberadas, havia diversas outras que não entram em pauta porque alguns convenientes não atenderam ainda requisitos técnicos de análise.

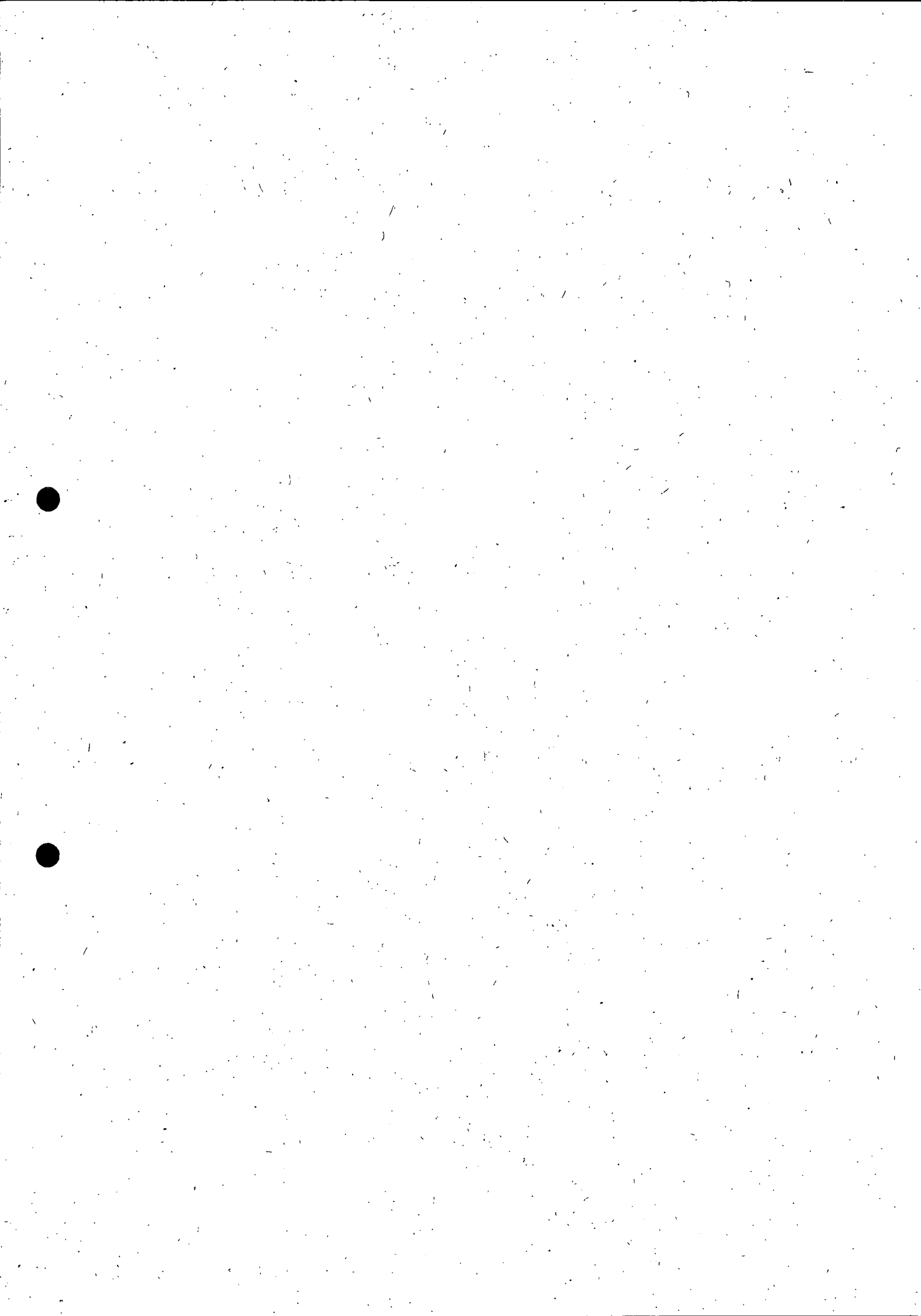
	Município	Proposta SICONV	Número da Emenda	Programa de Trabalho	Valor da Emenda Liberado	Valor da Proposta no SICONV		
						FNSP	Contra partida	Total
1	Fazenda Rio Grande/PR	046838/ 2014	28440006	06.181.2070.20ID.0041	150.000,00	150.000,00	10.527,00	160.527,00
2	Goioerê/PR	026994/ 2014	28490007	06.181.2070.8124.0041	100.000,00	100.000,00	12.406,66	112.406,66
3	Mandirituba/PR	046671/ 2014	28440006	06.181.2070.20ID.0041	100.000,00	150.000,00	12.660,00	162.660,00
4	Matinhos/PR	047094/ 2014	28440006	06.181.2070.20ID.0041	100.000,00	100.000,00	53.447,26	153.447,26
5	Paranaguá/PR	047320/ 2014	28440006	06.181.2070.20ID.0041	100.000,00	100.000,00	14.966,62	114.966,62
6	Paranaguá/PR	031333/ 2014	28420004	06.181.2070.20ID.0041	400.000,00	397.687,20	44.187,30	441.874,50
7	Recife/PE	032803/ 2014	25730010	06.181.2070.20ID.1695	1.000.000,00	982.515,60	41.527,73	1.024.043,33



8	Salto/SP	030642/ 2014	33490007	06.181.2070.20ID.0035	700.000,00	700.000,00	60.870,00	760.870,00
9	Santa Rita do Sapucaí/MG	027408/ 2014	13940002	06.181.2070.20ID.0031	100.000,00	100.000,00	10.419,99	110.419,99
10	São João de Meriti/RJ	027945/ 2014	27860002	06.181.2070.20ID.3348	350.000,00	348.603,00	30.450,00	379.053,00
11	São Lourenço do Sul/RS	033340/ 2014	36600005	06.181.2070.20ID.5101	1.000.000,00	998.618,00	301.859,00	1.300.477,00
12	São Luiz Gonzaga/RS	030856/ 2014	36600006	06.181.2070.20ID.5102	1.000.000,00	1.000.000,00	88.000,00	1.088.000,00
13	Várzea Paulista/SP	019899/ 2014	28060002	06.181.2070.8124.0035	300.000,00	300.000,00	39.338,00	339.338,00
TOTAL GERAL						5.427.423,80	720.659,56	6.148.083,36

A Dr^a Cristina apresentou as seguintes propostas: Fazenda Rio Grande/PR, Mandirituba/PR, Matinhos/PR, Paranaguá/PR (047320/2014), Santa Rita do Sapucaí/MG, Salto/SP, São João de Meriti/RJ e Várzea Paulista/SP e a servidora Priscila Evangelista Dias de Goioerê/PR, Paranaguá/PR (031333/2014), Recife/PE, São Lourenço do Sul/RS e São Luiz Gonzaga/RS. O servidor Wesley da Silva Borges discorreu sobre os aspectos técnicos das propostas que continham proposituras relacionadas ao videomonitoramento. No contexto da apresentação deste bloco, o Conselheiro Rogério Guimarães fez considerações sobre a necessidade de criação de algum tipo de documento/planhilha gerencial, no qual contivessem informações resumidas, porém suficientes para subsidiar a decisão dos conselheiros na aprovação dos projetos em pauta. Dito isso, o vice-presidente ponderou que todos os conselheiros possuíam senha para acessar o Portal de Convênios, no qual havia informações detalhadas sobre todos os aspectos de cada proposta desde a sua apresentação até a sua aprovação. Na sequência foi aberta uma rodada de discussão sobre o ponto destacado, onde foram abordadas questões como: o modelo atual de Nota Técnica - NT apresentada ao Colegiado; a obrigatoriedade da NT no contexto do processo de convênios; a quantidade de páginas das NTs x a exiguidade de tempo dos conselheiros em função de suas obrigações diárias; o prazo consignado no regimento interno do CGFNSP para o envio do material em pauta para os conselheiros; a preocupação do conselho em não onerar a reduzida equipe técnica da SENASP na feitura de mais um documento x necessidade de agilização da análise dos projetos/NT pelos conselheiros, dentre outros pontos. Por fim, o vice-presidente sugeriu que no próximo exercício fosse feita uma reunião para o colegiado rever/escolher a forma como os pleitos constantes em pauta deverão ser submetidos ao colegiado. Esta sugestão foi acatada pelos conselheiros. Finda a exposição as propostas foram aprovadas sem a necessidade de registros especiais. E, para constar, registra-se que estas propostas inserem-se no âmbito da ação orçamentária 20ID - Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública.

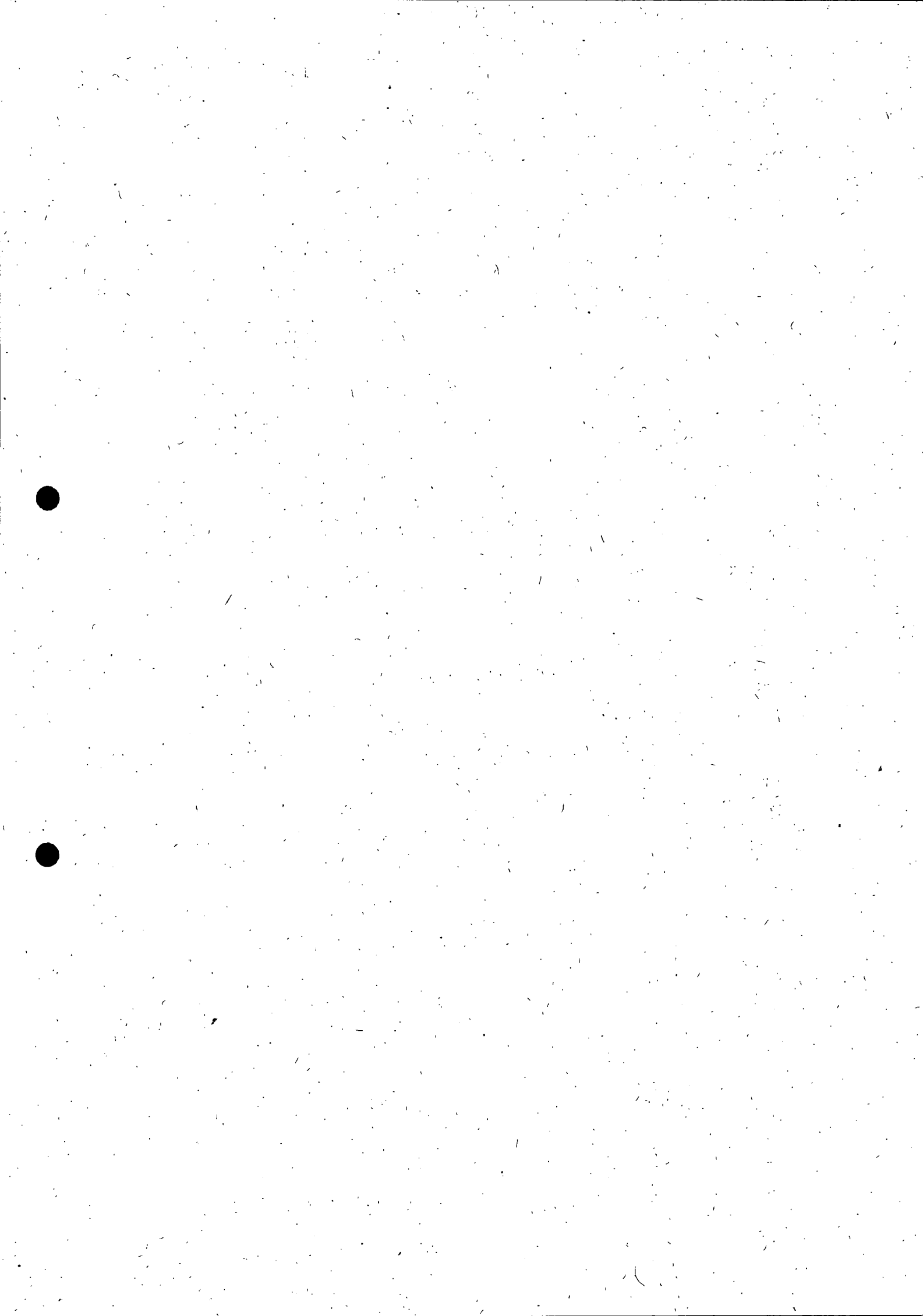
Continuando, a citada diretora informou que na sequência seriam expostas (17) dezessete decorrentes dos seguintes normativos: 1) Edital nº 05/2014-SENASP, voltado para o Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade, cujo público alvo neste ano contemplou somente os Municípios e 2) Portaria nº 115, de 26/09/2014, com o objetivo de implementar as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, no âmbito das Casas da Mulher Brasileira, para os Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Distrito Federal, em função do compromisso entre a SENASP e a Secretária de Políticas para as Mulheres. Foi esclarecido que o DF não apresentou proposta no contexto da citada Portaria. Em seguida, a Dra. Cristina passou a palavra para a servidora Beatriz Cruz da Silva. Ela informou que iniciaria a exposição pelas propostas decorrentes da Portaria nº 115/2014, contudo, até o momento, apenas três estavam finalizadas, a saber:



Nº de Proposta no SICONV	UF	Objeto da Proposta	Valor do FNSP		
			Capital (R\$)	Custeio (R\$)	Total (R\$)
1	SP	Implementar ações para atuação das Delegacias de Defesa da Mulher em especial no tocante as Casas da Mulher Brasileira, através da prevenção de delitos, repressão da violência e auxílio às vítimas de violência doméstica.	154.063,16	17.118,12	171.181,28
2	ES	Implementação da Delegacia Especializada em Atendimento às Mulheres vítimas de violência doméstica – DEAM na Casa da Mulher Brasileira do Espírito Santo.	96.168,44	15.125,00	111.293,44
3	BA	Implementação da Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres no âmbito das Casas da Mulher Brasileira para o Estado da Bahia.	1.113.999,00	123.339,00	1.237.338,00
TOTAL			1.364.230,60	155.582,12	1.519.812,72

Ato contínuo, a servidora Beatriz expôs as propostas vinculadas ao Edital nº 05/2014-SENASP, quais sejam:

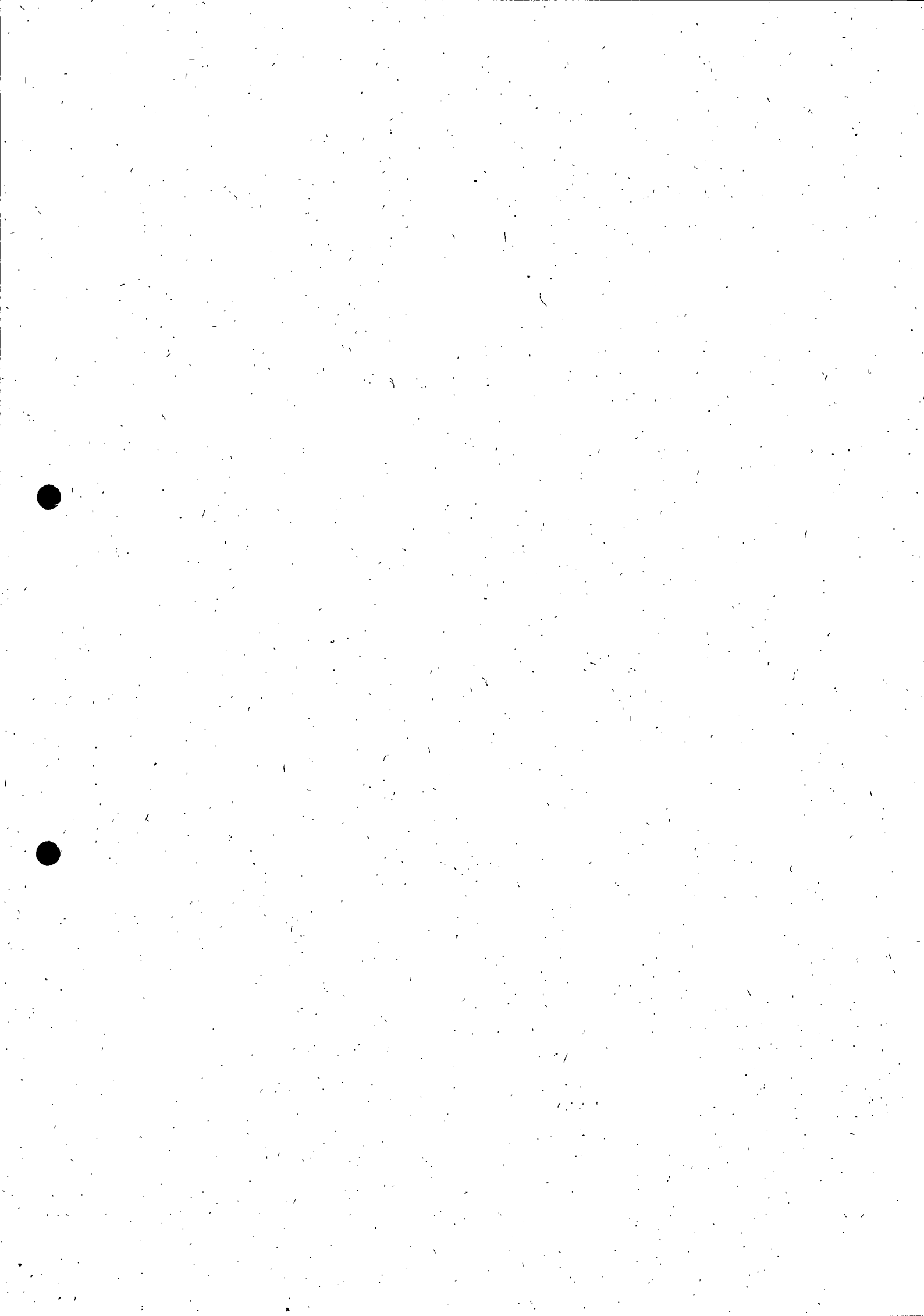
Nº de Proposta no SICONV	UF/ Município	Objeto da Proposta	Valor do FNSP		
			Capital (R\$)	Custeio (R\$)	Total (R\$)
1	Serra/ES	Prevenção das violências no ambiente escolar, através da realização de oficinas lúdicas de Resolução Pacífica de Conflitos e de fotografia, visando estimular a prática da resolução pacífica de conflitos, a promoção da cultura de paz e a construção de um novo olhar sobre a realidade local, por meio da contratação de pessoa jurídica, aquisição de materiais de consumo e de equipamentos permanentes.	143.785,17	141.914,73	285.699,90
2	Santa Cruz do Capibaribe/PE	Desenvolver ações para a continuidade das diretrizes do Plano Municipal de Prevenção a Violência no município de Santa Cruz de Capibaribe-PE por meio da implantação da Brigada Comunitária, da Estruturação do Conselho Municipal da Paz e implantação do Projeto de Prevenção Jovem de Atitude. Para tanto se faz necessário qualificação integrada, aquisição de bens e equipamentos para ampliação daquela Política Pública de Segurança.	202.500,00	238.500,00	441.000,00
3	São Luís/MA	Combate à violência contra crianças e adolescentes, por meio de ações educativas com foco na prevenção, formação de multiplicadores e criação de uma cultura de paz.	241.952,00	289.412,00	531.364,00
4	Contagem/MG	Capacitar crianças entre 09 e 12 anos como Guardas Mirins oferecendo atividades com foco na prevenção à violência e em programas de civismo, ética, cultura, esporte e lazer.	168.070,00	154.291,00	322.361,00
5	Juiz de Fora/MG	Implementação de ações de prevenção à violência nas escolas públicas do município de Juiz de Fora através de cartilhas e ações educativas voltadas para o corpo discente e docente.	72.622,08	83.116,40	155.738,48
6	Nova Iguaçu/RJ	Realização de Oficinas Reflexivas de Prevenção à Violência com Adolescentes e Jovens da Rede Municipal Escolar de Nova Iguaçu.	171.983,80	148.220,67	320.204,47
7	Bento Gonçalves/RS	Ações de prevenção à violência contra a mulher, visando minimizar e prevenir a violência doméstica, através da mudança de comportamento e de cultura a partir da implantação do projeto conscientizando a sociedade de um todo e com repercussão nas gerações futuras.	230.000,00	209.080,00	439.080,00



8	048670/ 2014	Vitória de Santo Antão/PE	Fortalecimento de estruturas de gestão para implementação e monitoramento de ações de prevenção em segurança pública por meio da implantação da Patrulha Comunitária e a realização de ações Inter setoriais com foco na promoção da paz para a juventude.	291.500,00	344.500,00	636.000,00
9	049061/ 2014	Petrolina/PE	Projeto Guarda Mirim, com vistas a proporcionar ações preventivas à violência e ao uso de drogas no ambiente escolar e na comunidade.	132.308,00	144.449,20	276.757,20
10	048429/ 2014	Garanhuns/ PE	Integrar a política municipal de prevenção à violência, desenvolvendo ações multissetoriais e articuladas com instituições públicas e a sociedade, por meio do fortalecimento da estrutura do Conselho Municipal de Segurança Comunitária e da implementação da Ronda Escolar e da Guarda Mirim no município de Garanhuns.	299.510,00	323.490,00	623.000,00
11	049101/ 2014	Boa Vista/RR	Realização de ações de prevenção à Violência contra crianças e adolescentes e fortalecimento da Corregedoria e Ouvidoria da Guarda Civil Municipal.	147.732,77	163.666,70	311.399,47
12	048830/ 2014	Indaiatuba/SP	Fortalecimento e ampliação de ações de prevenção à violência e criminalidade junto às crianças e adolescentes através de intervenções em escolas municipais mais vulneráveis e ampliação e estruturação do Projeto Educando para a Vida.	168.426,24	189.502,08	357.928,32
13	048133/ 2014	Aracaju/SE	Estruturar a Central Integrada de Diagnóstico, Planejamento e Avaliação da Secretaria Municipal de Defesa Social e da Cidadania e o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M) com o objetivo de fortalecer ações de prevenção à violência e à criminalidade no Município de Aracaju.	202.495,32	197.962,26	400.457,58
14	047136/ 2014	Santo Andre/SP	Promoção de ações de prevenção à violência contra crianças e adolescentes	512.925,05	479.626,11	992.551,16
TOTAL				2.985.810,43	3.107.731,15	6.093.541,58

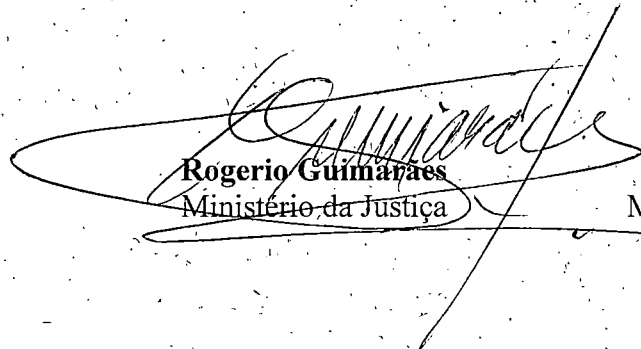
Após a exposição, o vice-presidente colocou em votação as propostas, as quais foram aprovadas sem objeções. Cabe consignar que o vice-presidente declarou que recordava que recentemente havia recebido algum documento no qual noticiava penalidades a diversos municípios e, salvo engano, o Município de Garanhuns/PE constava na lista, contudo não estava certo se tal penalidade impedia a celebração de novos convênios. Dito isso, a Dra. Cristina destacou que de fato ela havia recebido documento neste sentido, mas não sabia dizer se o referido município estava na relação porque não havia recebido o anexo que continua os nomes dos municípios. O vice-presidente solicitou que o assunto fosse devidamente averiguado pelo DEPRO e, caso positivo, a proposta não deveria ir adiante. Por fim, registra-se que este bloco de propostas está enquadrado no contexto da ação orçamentária 8124 - Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade.

Finalmente, o vice-presidente informou que possivelmente a SENASP convocaria mais uma reunião porque muitas propostas ainda estavam sendo analisadas pelas áreas técnicas da SENASP. Inclusive o valor referente ao SINESP/2014 também não havia sido colocado em pauta. Ele destacou que pela portaria interministerial o prazo de conclusão das propostas de emendas parlamentares vai até o dia 31/12/2014. Portanto, a reunião seria convocada nas próximas semanas, ou não havendo condição devido à impossibilidade de compatibilizar o prazo regimental de convocação do Conselho com a conclusão das análises em curso, as propostas finalizadas seriam aprovadas *ad referendum* pela Presidente do Conselho e submetidas ao Colegiado no próximo exercício conforme determina o Regimento Interno.

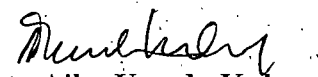


Nada mais havendo para tratar, o vice-presidente encerrou a reunião às dezessete e vinte minutos horas e quarenta e cinco minutos deste dia. E, para constar, esta Ata que, depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do conselho gestor.

Sidnei Borges Fidalgo
Vice-Presidente do CGFNPS

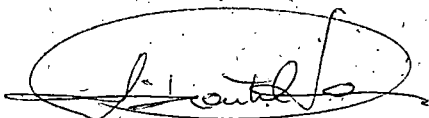


Rogério Guimarães
Ministério da Justiça



Augusta Aiko Umeda Kuhn
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Não-representada
Casa Civil da Presidência da República



Luiz Pontel de Souza
Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Luiz Clóvis Guido Ribeiro
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência
da República

